

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Setembro/2022



Concurso Público para o Provimento de Cargos de **Analista Judiciário** **Área Administrativa – Especialidade** **Contabilidade**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A04', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Básicos**
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A ação pode nem sempre ser felicidade, mas não há felicidade sem ação.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto abaixo.

Melancolia e criatividade

Desde sempre o sentimento da melancolia gozou de má fama. O melancólico é costumeiramente tomado como um ser desanimado, depressivo, “pra baixo”, em suma: um chato que convém evitar. Mas é uma fama injusta: há grandes melancólicos que fazem grande arte com sua melancolia, e assim preenchem a vida da gente, como uma espécie de contrabando da tristeza que a arte transforma em beleza. “Pra fazer um samba com beleza é preciso um bocado de tristeza”, já defendeu o poeta Vinícius de Moraes, na letra de um conhecido samba seu.

Mas a melancolia não para nos sambas: ela desde sempre anima a literatura, a música, a pintura, o cinema, as artes todas. Anima, sim: tanto anima que a gente gosta de voltar a ver um bom filme melancólico, visitar um belo poema desesperançado, ouvir uma vez mais um inspirado noturno para piano. Ou seja: os artistas melancólicos fazem de sua melancolia a matéria-prima de uma obra-prima. Sorte deles, nossa e da própria melancolia, que é assim resgatada do escuro do inferno para a nitidez da forma artística bem iluminada.

Confira: seria possível haver uma história da arte que deixasse de falar das grandes obras melancólicas? Por certo se perderia a parte melhor do nosso humanismo criativo, que sabe fazer de uma dor um objeto aberto ao nosso reconhecimento prazeroso. Charles Chaplin, ao conceber Carlitos, dotou essa figura humana inesquecível da complexa composição de fracasso, melancolia, riso, esperteza e esperança. O vagabundo sem destino, que vive a apanhar da vida, ganhou de seu criador o condão de emocionar o mundo não com feitos gloriosos, mas com a resistente poesia que o faz enfrentar a vida munido da força interior de um melancólico disposto a trilhar com determinação seu caminho, ainda que no rumo a um horizonte incerto.

(Humberto Couto Villares, a publicar)

1. No primeiro parágrafo do texto, justifica-se a relação possível entre *melancolia* e *criatividade* quando se afirma que
 - (A) é comum haver nas pessoas uma reação de má vontade contra obras de artistas nas quais o sentimento predominante seja o da melancolia.
 - (B) é indispensável a ação da tristeza e do sentimentalismo quando se procura criar uma obra de arte de grande envergadura.
 - (C) o sentimento da melancolia pode se estabelecer de modo a gerar uma obra artística cuja beleza tenha ressonância em nossa vida.
 - (D) a força das grandes obras de arte deixa ver que a expressão da melancolia já é suficiente para transformá-la em alegria.
 - (E) a tristeza dos grandes melancólicos inspira os artistas que se valem dela para criar e desenvolver suas melhores personagens.

2. Afirma-se no segundo parágrafo do texto que a negatividade da melancolia
 - (A) anima de preferência os gêneros artísticos mais efusivos, como aqueles sambas que tematizam sua própria tristeza.
 - (B) alcança um valor social positivo quando os artistas a expressam por meio de uma forma bela que a ilumina e a propaga entre nós.
 - (C) faz com que tenhamos que repetir o acesso a uma mesma obra de arte para nos darmos conta de sua sombria complexidade.
 - (D) impede que se promova entre nós a falsidade das alegrias artificiais, que pretendem nos resgatar das nossas tristezas mais fundas.
 - (E) favorece o artista que se esmera em mergulhar nas profundezas dos maus sentimentos para assim disseminá-los entre nós.

3. No terceiro parágrafo, a personagem Carlitos é invocada para
 - (A) dar um sentido de nobreza a todas as experiências de fracasso humano.
 - (B) testemunhar a determinação de um indivíduo em alcançar seus altos objetivos.
 - (C) indicar a possibilidade da transformação sistemática da dor em franca alegria.
 - (D) personificar a complexa conjunção entre força poética e marginalidade social.
 - (E) promover a felicidade que pode desfrutar quem não está comprometido com nada.



4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *uma espécie de contrabando da tristeza.* (1^o parágrafo) = uma sorte de transposição infeliz.
 (B) *fazem de sua melancolia a matéria-prima.* (2^o parágrafo) = refutam suas bases infelizes.
 (C) *resgatada do escuro do inferno.* (2^o parágrafo) = absorvida pelas nuances infernais.
 (D) *a parte melhor do nosso humanismo criativo.* (3^o parágrafo) = nossa elitização criacionista.
 (E) *no rumo a um horizonte incerto.* (3^o parágrafo) = a caminho de duvidoso destino.
-
5. As normas de concordância verbal encontram-se plenamente observadas na frase:
- (A) Aos melancólicos, a menos que fossem grandes artistas, ninguém perdoava sua condição infeliz.
 (B) Convém evitar os chatos, mas é justo que não se os confundam com os melancólicos criativos.
 (C) Nas mais variadas artes destacam-se o desempenho superior dos grandes criadores melancólicos.
 (D) A realização plena das formas artísticas trazem consigo o prazer estética, que se sobrepõe à melancolia de fundo.
 (E) Chaplin encarnou-se em Carlitos, e à poesia de ambos vieram-se render-se a plateia de todos os cinemas.

Atenção: Para responder às questões de números 6 a 10, baseie-se no texto abaixo.

Crimes ditos “passionais”

A história da humanidade registra poucos casos de mulheres que mataram por se sentirem traídas ou desprezadas. Não sabemos, ainda, se a emancipação feminina irá trazer também esse tipo de igualdade: a igualdade no crime e na violência. Provavelmente, não. O crime dado como passionais costuma ser uma reação daquele que se sente “possuidor” da vítima. O sentimento de posse, por sua vez, decorre não apenas do relacionamento sexual, mas também do fator econômico: o homem é, em boa parte dos casos, o responsável maior pelo sustento da casa. Por tudo isso, quando ele se vê contrariado, repellido ou traído, acha-se no direito de matar.

O que acontece com os homens que matam mulheres quando são levados a julgamento? São execrados ou perdoados? Como reage a sociedade e a Justiça brasileiras diante da brutalidade que se tenta justificar como resultante da paixão? Há decisões estapafúrdias, sentenças que decorrem mais em função da eloquência dos advogados e do clima emocional prevalecente entre os jurados do que das provas dos autos.

Vejam-se, por exemplo, casos de crimes passionais cujos responsáveis acabaram sendo inocentados com o argumento de que houve uma “legítima defesa da honra”, que não existe na lei. Os motivos que levam o criminoso passionais a praticar o ato delituoso têm mais a ver com os sentimentos de vingança, ódio, rancor, frustração, vaidade ferida, narcisismo maligno, prepotência, egoísmo do que com o verdadeiro sentimento de honra.

A evolução da posição da mulher na sociedade e o desmoronamento dos padrões patriarcais tiveram grande repercussão nas decisões judiciais mais recentes, sobretudo nos crimes passionais. A sociedade brasileira vem se dando conta de que mulheres não podem ser tratadas como cidadãs de segunda categoria, submetidas ao poder de homens que, com o subterfúgio da sua “paixão”, vinham assumindo o direito de vida e morte sobre elas.

(Adaptado de: ELUF, Luiza Nagib. **A paixão no banco dos réus.** São Paulo: Saraiva, 2002, XI-XIV, *passim*)

6. O leitor pode depreender, já pelo emprego da palavra *ditos* e pelo uso de aspas em “passionais”, no título do texto, que
- (A) a paixão de que se trata é aquele que de fato justifica e legitima certas transgressões da lei.
 (B) os casos de violência nas relações amorosas devem ser julgados em sua especial singularidade.
 (C) os crimes referidos costumam ser qualificados por muitos numa perspectiva viciosa e inaceitável.
 (D) a publicidade excessiva de violências sexuais acaba impossibilitando um julgamento mais ponderado.
 (E) os excessos da paixão podem funcionar como justas atenuantes na alegação de “forte emoção”.
-
7. A posição da autora do texto em face do argumento da “*legítima defesa da honra*”, invocado pela defesa do acusado em crimes passionais, manifesta-se na seguinte formulação:
- (A) *Não sabemos ainda se a emancipação feminina irá trazer também esse tipo de igualdade.* (1^o parágrafo)
 (B) *o homem é, em boa parte dos casos, o responsável maior pelo sustento da casa.* (1^o parágrafo)
 (C) *casos de crimes passionais cujos responsáveis acabaram sendo inocentados.* (3^o parágrafo)
 (D) *grande repercussão nas decisões judiciais mais recentes.* (4^o parágrafo)
 (E) *brutalidade que se tenta justificar como resultante da paixão.* (2^o parágrafo)

8. É inteiramente adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:
- (A) O sentimento de posse é onde se valem os homens para justificarem seus crimes alegadamente passionais.
 (B) A autora do texto não sabe se da emancipação feminina decorrerá igualdade no caso desses julgamentos.
 (C) A reação da sociedade, diante dessas violências, é marcada pela complacência de que favorece os advogados.
 (D) São torpes os motivos em cujos se agarram os criminosos para tentar justificar sua ação assassina.
 (E) Os direitos das mulheres, nos quais tanta gente dá às costas, estão sendo progressivamente garantidos.



9. Considere as orações:

- I. Há crimes ditos passionais.
- II. Os agentes desses crimes são por vezes inocentados.
- III. Os inocentados alegam legítima defesa da honra.

Essas orações articulam-se de modo claro, correto e coerente neste período único:

- (A) São ditos passionais os crimes inocentados, por alegarem os criminosos, por vezes, legítima defesa da honra.
- (B) É a legítima defesa da honra a alegação de que os agentes de crimes ditos passionais usam ao serem inocentados.
- (C) Os inocentados agentes de crimes ditos passionais, alegam a razão da legítima defesa da honra.
- (D) Ao alegarem legítima defesa da honra, são por vezes inocentados os agentes dos crimes ditos passionais.
- (E) São por vezes inocentados, sendo alegado legítima defesa da honra, os agentes de crimes ditos passionais.

10. É inteiramente regular a pontuação do seguinte período:

- (A) A autora do texto reclama, com senso de justiça que não se considere passional um crime movido pelo rancor, e pelo ódio.
- (B) Como reage, a sociedade, quando se vê diante desses crimes em que, a paixão alegada, vale como uma atenuante.
- (C) Tratadas há muito, como cidadãs de segunda classe, as mulheres, aos poucos, têm garantido seus direitos fundamentais.
- (D) Não é a paixão, mas sim, os motivos mais torpes, que estão na raiz mesma, dos crimes hediondos apresentados como passionais.
- (E) Há advogados cuja retórica, encenada em tom emocional, acaba por convencer o júri, inocentando assim um frio criminoso.

Matemática e Raciocínio-Lógico

11. Hugo e Luís são gêmeos e foram passear com sua tia Elisa. Sabe-se que $\frac{3}{5}$ da soma das idades dos três é igual à idade de Elisa, que é 14 anos mais velha que os meninos. A idade de Elisa é

- (A) 28
- (B) 21
- (C) 18
- (D) 35
- (E) 25

12. Alberto, seu pai e seu avô têm hoje 21, 52 e 73 anos de vida, respectivamente. Podemos afirmar corretamente que a

- (A) média das idades hoje é igual à média das idades há dois anos.
- (B) mediana das idades hoje é a mesma mediana das idades de dois anos atrás.
- (C) variância das idades hoje é a mesma de dois anos atrás.
- (D) variância das idades era menor há dois anos do que a variância das idades hoje.
- (E) idade média hoje coincide com a idade do pai de Alberto.

13. Um dado com 6 faces numeradas de 1 a 6 foi lançado 4 vezes e o valor observado no segundo lançamento foi igual ao valor do primeiro lançamento. Sabendo-se que a soma dos valores desses 4 lançamentos foi 9 e que o valor do segundo lançamento menos o valor do terceiro lançamento foi igual ao valor do quarto lançamento, o primeiro lançamento foi

- (A) 3
- (B) 1
- (C) 4
- (D) 2
- (E) 6



14. Em um processo de partilha de herança entre Ana, Beatriz e Clara, ficou decidido que os valores recebidos serão diretamente proporcionais às suas respectivas idades. Sabe-se que Ana tem o triplo da idade de Clara que, por sua vez, tem a metade da idade de Beatriz. Clara receberá 100 mil reais. O valor total da herança é de:
- (A) R\$ 700.000,00
 - (B) R\$ 400.000,00
 - (C) R\$ 600.000,00
 - (D) R\$ 900.000,00
 - (E) R\$ 500.000,00
-
15. Uma escola de ensino médio possui 30 alunos e 5 professores. A idade média dos alunos é de 16 anos e a dos professores é de 34 anos. Um professor acaba de ser contratado e a idade média dessas 36 pessoas passou a ser de 19 anos. A idade do novo professor é:
- (A) 56 anos.
 - (B) 26 anos.
 - (C) 35 anos.
 - (D) 40 anos.
 - (E) 34 anos.

Legislação

16. A Lei nº 8.112/1990 dispõe que o aproveitamento é forma de
- (A) recondução em cargo público.
 - (B) readaptação em cargo público.
 - (C) reintegração em cargo público.
 - (D) provimento em cargo público.
 - (E) reversão em cargo público.
-
17. Em relação ao exercício de cargo público, a Lei nº 8.112/1990 dispõe que
- (A) o prazo concedido ao servidor que deva ter exercício em outro município em razão de ter sido removido é declinável.
 - (B) a promoção interrompe o tempo de exercício.
 - (C) é de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da nomeação.
 - (D) ao chefe imediato para onde for nomeado ou designado o servidor compete dar-lhe exercício.
 - (E) a entrada em exercício em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial.
-
18. Consoante a Lei nº 12.527/2011, dentre outras, uma das diretrizes que se destinam a assegurar o direito fundamental de acesso à informação é
- (A) a observância da publicidade e do sigilo como preceitos gerais.
 - (B) a observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção.
 - (C) a divulgação de informações de interesse público, desde que solicitadas.
 - (D) a divulgação de informações de interesse público e privadas, independentemente de solicitação.
 - (E) o desenvolvimento do controle político da Administração Pública.
-
19. Nos termos da Consolidação Normativa de Provimentos da Corregedoria Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, é VEDADA a utilização de classes processuais não aprovadas previamente
- (A) pelo Conselho Nacional de Justiça.
 - (B) pela Justiça do Trabalho.
 - (C) pelo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho.
 - (D) pelo Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho.
 - (E) pelo Ministério Público do Trabalho.
-
20. O Plano Estratégico Ciclo 2021-2026 do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região especifica que *realizar justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania* trata-se
- (A) de perfil institucional.
 - (B) de valor institucional.
 - (C) de visão.
 - (D) de missão.
 - (E) de comprometimento institucional.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Administrativo e de Administração Pública**

21. Suponha que em um contrato de concessão de rodovia regido pela Lei nº 8.987/95, o Poder Concedente tenha determinado o não reajustamento anual das tarifas de pedágio, por entender que o índice previsto contratualmente mostrou-se muito elevado em função da inflação verificada no período. Considerando o cenário exposto, a concessionária
- (A) poderá aplicar unilateralmente o reajuste, após prévia notificação ao Poder Concedente, o qual poderá solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato mediante redução do seu prazo.
 - (B) poderá aplicar, cautelarmente, o reajuste contratual, desde que comprove que a ausência de reajuste ensejou desequilíbrio econômico-financeiro não passível de ser coberto por receitas acessórias.
 - (C) poderá arguir exceção do contrato não cumprido e adotar medidas de compensação como readequação do cronograma de investimentos, sem prejuízo da apresentação de pleito específico de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.
 - (D) possui direito à recomposição em face do desequilíbrio econômico-financeiro decorrente da não aplicação ou do atraso na aplicação do reajuste, cabendo ao Poder Concedente a escolha da forma de reequilíbrio, inclusive mediante prorrogação do prazo contratual.
 - (E) estará imune à aplicação de sanções pelo eventual descumprimento de obrigações contratuais relativas à qualidade e segurança dos serviços prestados aos usuários, podendo suspender a execução do contrato caso a operação se torne economicamente deficitária.
-
22. Suponha que uma empresa estatal prestadora de serviços públicos de distribuição de gás canalizado esteja sendo acionada por moradores de uma comunidade em função de danos causados por um incêndio provocado por vazamento em suas instalações. A empresa, contudo, alegou que não ficou comprovada negligência, imperícia ou imprudência de seus agentes, o que afastaria a responsabilidade civil da estatal pelos danos ocorridos. Referida alegação
- (A) não procede, tendo em vista que a responsabilidade é de natureza objetiva, prescindindo da comprovação de dolo ou culpa dos agentes, esta exigível apenas para direito de regresso da empresa em face dos mesmos.
 - (B) é plausível, na medida em que apenas concessionárias privadas estão sujeitas à responsabilização extracontratual objetiva, não cabendo, via de regra, aplicação da mesma lógica às delegatárias estatais.
 - (C) procede, pois a responsabilidade pelos danos de tal natureza depende da comprovação da falha na prestação dos serviços, não sendo relevante a constatação do nexo de causalidade.
 - (D) procede, pois a responsabilização da empresa demanda ao menos a comprovação de culpa grave ou dolo, bem como a não ocorrência de caso fortuito ou força maior.
 - (E) é plausível, pois a empresa delegatária ou concessionária possui apenas responsabilidade subsidiária pelos danos decorrentes da prestação dos serviços, cabendo a responsabilidade subjetiva ao ente titular do serviço.
-
23. Um ato administrativo discricionário, quando eivado de vício de motivo, mais precisamente quando constatada a falsidade das razões de fato ou de direito consignadas pela Administração para sua emissão, caso tenha sua validade questionada judicialmente,
- (A) somente será passível de anulação se identificado desvio de finalidade ou afronta ao interesse público.
 - (B) não poderá ser anulado, sob pena de invasão de seu mérito, o que é vedado em se tratando de ato discricionário.
 - (C) será passível de anulação, como predica a teoria dos motivos determinantes, o que não afasta a revisão administrativa decorrente da autotutela.
 - (D) poderá ser anulado, desde que esgotadas as instâncias de impugnação em sede administrativa.
 - (E) não será passível de anulação, cabendo ao Judiciário efetuar o saneamento do vício identificado.
-
24. Considere que determinado órgão da Administração pública tenha contratado, com inexigibilidade de licitação, empresa de consultoria especializada para avaliação, modelagem e execução de venda de ativos de sua titularidade. A justificativa apresentada para a contratação direta centrou-se exclusivamente no objeto do contrato, afirmando tratar-se de serviços técnicos especializados. De acordo com as disposições da Lei nº 14.133/2021, tal conduta
- (A) afigura-se ilegal, eis que passou a ser expressamente vedada contratação direta de serviços de consultoria de qualquer natureza por inexigibilidade de licitação, mantida tal possibilidade para os demais serviços técnicos especializados.
 - (B) encontra respaldo legal, desde que se trate de alienação no mercado internacional que demande a contratação de consultores estrangeiros, independentemente da natureza dos serviços.
 - (C) será legal se comprovada inviabilidade de competição por se tratar de empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, experiência ou equipe técnica, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.
 - (D) somente será legal em se tratando de empresa ou profissional que preste o serviço com exclusividade, devidamente comprovada mediante declaração de órgão regulador competente.
 - (E) não mais se afigura viável a partir da edição da Lei nº 14.133/21, que substituiu todas as hipóteses de contratação direta com inexigibilidade de licitação por seleção mediante procedimento de chamamento público, salvo em situações de emergência ou calamidade pública.



25. De acordo com a disciplina estabelecida pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709/2018, os denominados dados pessoais sensíveis
- (A) restringem-se àqueles relativos a crianças e adolescentes e somente podem ser utilizados no melhor interesse dos mesmos, admitindo-se o tratamento exclusivamente por órgãos da Administração pública ou por seus delegatários.
 - (B) dizem respeito a informações relacionadas com a intimidade e convicções políticas, éticas e religiosas da pessoa natural e não podem ser objeto de tratamento, salvo pelo próprio titular.
 - (C) são aqueles cuja divulgação pode expor a pessoa natural a riscos ou prejuízo social e somente podem ser objeto de tratamento para assegurar a preservação da incolumidade pública.
 - (D) podem ser objeto de tratamento mediante consentimento do titular, de forma específica e destacada, dispensada em algumas hipóteses elencadas, como para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.
 - (E) somente podem ser objeto de tratamento mediante prévio procedimento de anonimização e exclusivamente para realização de estudos, pesquisas ou realização de políticas públicas previstas em lei.

26. No que concerne aos poderes inerentes à Administração pública, tem-se que o
- (A) poder disciplinar incide exclusivamente em face daqueles que possuem vínculo funcional com a Administração.
 - (B) poder normativo admite a edição de normas originárias pelo Chefe do Executivo em determinadas matérias de organização administrativa, como a extinção de cargos vagos.
 - (C) exercício do poder de polícia pressupõe a limitação de direitos e liberdades individuais em prol do interesse coletivo e, por tal razão, é sempre dotado de autoexecutoriedade e coercibilidade.
 - (D) poder hierárquico encontra seu fundamento na supremacia do interesse público sobre o privado e autoriza a aplicação de sanções àqueles que mantêm vínculo contratual com a Administração.
 - (E) poder de tutela autoriza a avocação das competências legalmente atribuídas aos dirigentes de autarquias pelo Secretário de Estado da pasta responsável pela supervisão da entidade.

Orçamento Público

27. A Lei Orçamentária Anual referente ao ano de 2022 de um ente público, de acordo com a Lei nº 4.320/1964,
- (A) deve dispor sobre as proposições para a alteração das alíquotas de tributos e apresentar o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita.
 - (B) deve segregar as receitas e despesas orçamentárias pertencentes aos poderes (executivo, legislativo e judiciário) e apresentá-las em documentos legais distintos.
 - (C) deve indicar as receitas previstas e as despesas fixadas para os anos de 2022, 2023 e 2024.
 - (D) pode consignar dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros e transferências.
 - (E) pode conter autorização ao poder executivo do referido ente para realizar operações de crédito por antecipação de receita para atender a insuficiências de caixa.

28. Na Lei Orçamentária Anual de um ente público, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, a
- (A) receita prevista com operações de crédito por antecipação de receita deve ser classificada, quanto à categoria econômica, em Receita de Capital.
 - (B) receita prevista com alienação de bens móveis e imóveis deve ser classificada, quanto à categoria econômica, em Receita Patrimonial.
 - (C) despesa fixada para a devolução de depósito em caução deve ser classificada, quanto à categoria econômica, em Transferências de Capital.
 - (D) despesa fixada para o pagamento de juros da dívida pública deve ser classificada, quanto à categoria econômica, em Despesas Correntes.
 - (E) despesa fixada para o planejamento e a execução de obras públicas deve ser classificada, quanto à categoria econômica, em Despesas de Custeio.

29. Os resultados nominal e primário de um ente público, de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, devem ser estabelecidos por meio de anexo que integra
- (A) a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a apuração dos referidos resultados deve ser efetuada por meio de demonstrativo que integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária.
 - (B) a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a apuração dos referidos resultados deve ser efetuada por meio de demonstrativo que integra o Relatório de Gestão Fiscal.
 - (C) a Lei Orçamentária Anual e a apuração dos referidos resultados deve ser efetuada por meio de demonstrativo que integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária.
 - (D) a Lei Orçamentária Anual e a apuração dos referidos resultados deve ser efetuada por meio de demonstrativo que integra o Relatório de Gestão Fiscal.
 - (E) o Plano Plurianual e a apuração dos referidos resultados deve ser efetuada por meio de demonstrativo que integra o Relatório de Gestão Fiscal.



30. A reserva de contingência de um ente público, de acordo com o Decreto-Lei nº 200/1967,
- (A) integra o seu Anexo de Riscos Fiscais e a sua forma de utilização e o seu montante devem ser definidos na Lei Orçamentária Anual do referido ente.
 - (B) corresponde a um crédito orçamentário destinado a atender despesas correntes fixadas na sua Lei Orçamentária Anual e resultantes de passivos contingentes.
 - (C) registra o valor da dotação global, não especificamente destinada a determinado programa, categoria econômica, órgão ou unidade orçamentária do referido ente.
 - (D) tem o seu montante definido com base na receita orçamentária total arrecadada pelo referido ente no mês em referência e nos onze anteriores.
 - (E) tem o seu montante definido com base na receita corrente prevista e a sua forma de utilização deve ser definida no Orçamento Fiscal do referido ente.
-
31. Considere as assertivas a seguir sobre o orçamento-programa:
- I. Na elaboração do orçamento-programa devem-se considerar tanto os recursos consignados no orçamento quanto aqueles extraorçamentários vinculados à execução dos programas.
 - II. O orçamento-programa deve ser apresentado em anexo ao Plano Plurianual, pois ele é utilizado para a execução dos programas pelo período de quatro anos.
 - III. As despesas apresentadas no orçamento-programa de um ente público devem ser discriminadas por objeto de gasto.
- De acordo com o Decreto-Lei nº 200/1967, está correta a assertiva que consta em:
- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I, II e III.
-
32. A Lei de Diretrizes Orçamentárias, de acordo com a Constituição Federal de 1988, deve
- (A) conter, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação do Orçamento Fiscal com os objetivos e metas constantes no Anexo de Riscos Fiscais.
 - (B) estabelecer as normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.
 - (C) dispor sobre critérios para a execução equitativa, bem como os procedimentos que devem ser adotados quando houver impedimentos legais e técnicos.
 - (D) avaliar a situação patrimonial das empresas públicas independentes e estabelecer medidas de recuperação, quando estas forem necessárias.
 - (E) estabelecer as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.

Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Atenção: Para responder às questões de números 33 e 34, considere os seguintes dados que foram extraídos das demonstrações contábeis de um ente público referentes ao exercício financeiro de 2021:

Receita Orçamentária Prevista:	R\$ 155.560.000,00
Receita Orçamentária Lançada:	R\$ 89.000.000,00
Receita Orçamentária Arrecadada:	R\$ 181.800.000,00
Dotação Orçamentária Inicial:	R\$ 155.560.000,00
Dotação Orçamentária Atualizada:	R\$ 164.420.000,00
Despesa Orçamentária Empenhada:	R\$ 150.700.000,00
Despesa Orçamentária Liquidada:	R\$ 148.300.000,00
Despesa Orçamentária Paga:	R\$ 142.100.000,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados Recebidos:	R\$ 480.000,00
Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 31/12/2021:	R\$ 2.400.000,00
Restos a Pagar Processados Inscritos em 31/12/2021:	R\$ 6.200.000,00
Pagamento de Restos a Pagar Processados Inscritos em 31/12/2020:	R\$ 3.220.000,00
Reconhecimento de Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras:	R\$ 900.000,00
Reconhecimento de Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos:	R\$ 95.560,00

33. Com base nesses dados tomados em conjunto e de acordo com a Lei nº 4.320/1964, o superávit de execução orçamentária referente ao exercício financeiro de 2021 do referido ente público foi, em reais,
- (A) 36.480.000,00
 - (B) 31.580.000,00
 - (C) 31.100.000,00
 - (D) 36.960.000,00
 - (E) 40.180.000,00



34. Com base nesses dados tomados em conjunto e de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, os totais dos Recebimentos Extraorçamentários e dos Pagamentos Extraorçamentários evidenciados no Balanço Financeiro referente ao ano de 2021 do referido ente público foram, respectivamente, em reais,
- (A) 8.600.000,00 e 3.220.000,00
 - (B) 9.080.000,00 e 3.220.000,00
 - (C) 480.000,00 e 3.220.000,00
 - (D) 8.600.000,00 e 3.315.560,00
 - (E) 9.080.000,00 e 3.315.560,00
-
35. O registro contábil inicial de um Passivo Contingente por uma entidade pública, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, deve ser efetuado por meio dos seguintes lançamentos:
- (A) Débito: 3.x.x.x.x.xx Variação Patrimonial Diminutiva de Constituição de Passivos Contingentes
Crédito: 2.x.x.x.x.xx Passivos Contingentes Constituídos
 - (B) Débito: 4.x.x.x.x.xx Variação Patrimonial Diminutiva de Constituição de Passivos Contingentes
Crédito: 2.x.x.x.x.xx Passivos Contingentes Constituídos
 - (C) Débito: 5.x.x.x.x.xx Execução de Atos Potenciais
Crédito: 6.x.x.x.x.xx Atos Potenciais Passivos
 - (D) Débito: 7.x.x.x.x.xx Atos Potenciais Passivos
Crédito: 8.x.x.x.x.xx Execução de Atos Potenciais Passivos
 - (E) Débito: 8.x.x.x.x.xx Execução de Atos Potenciais
Crédito: 7.x.x.x.x.xx Atos Potenciais Passivos
-
36. Em 11/11/2021, uma entidade pública possuía um lote de produtos mantido para ser distribuído gratuitamente por meio de cestas básicas. Nessa data, o lote de produtos estava reconhecido no estoque da entidade e mensurado pelo custo histórico de R\$ 68.600,00.
- Em 31/12/2021, a mesma entidade pública constatou que o referido lote de produtos não havia sido distribuído e permanecia em seu estoque mensurado pelo custo histórico de R\$ 68.600,00. Nesta data, a entidade efetuou a mensuração do lote de produtos utilizando outras bases de mensuração e constatou que o custo corrente de reposição e o valor realizável líquido do lote eram, respectivamente, R\$ 67.000,00 e R\$ 66.500,00.
- De acordo com a NBC TSP 04, em 31/12/2021, a entidade pública deve ter
- (A) mantido o valor do referido lote de produtos mensurado pelo custo histórico de R\$ 68.600,00.
 - (B) alterado o valor do referido lote de produtos para o valor mensurado pelo custo corrente de reposição, sendo que esta base de mensuração de ativos representa o custo que a entidade incorreria para adquirir o lote no dia 31/12/2021.
 - (C) alterado o valor do referido lote de produtos para o valor mensurado pelo custo corrente de reposição, sendo que esta base de mensuração de ativos fornece valores de saída do lote para a entidade.
 - (D) alterado o valor do referido lote de produtos para o valor mensurado pelo valor realizável líquido, sendo que esta base de mensuração de ativos fornece valores de saída do lote para a entidade.
 - (E) alterado o valor do referido lote de produtos para o valor mensurado pelo valor realizável líquido, sendo que esta base de mensuração de ativos fornece valores para o lote que não são específicos para a entidade.
-
37. Considere as seguintes assertivas que versam sobre definições apresentadas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP):
- I. Valor recuperável, de acordo com a NBC TSP 10, é o valor presente da estimativa dos fluxos de caixa futuros esperados do uso contínuo dos ativos e de sua alienação ao final de sua vida útil.
 - II. Valor em uso de ativo não gerador de caixa, de acordo com a NBC TSP 09, é o valor presente do potencial de serviços remanescente do ativo.
 - III. Valor justo líquido de despesas de venda do ativo, de acordo com a NBC TSP 09, é o montante estimado que a entidade obteria com a alienação, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade, a condição e o tempo de uso esperados para o fim de sua vida útil.
- Está correta a assertiva que consta APENAS em
- (A) II.
 - (B) I.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.
-
38. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a arrecadação de receita com Aluguéis e Arrendamentos por um ente público no mês de março de 2022, cujo fato gerador da receita ocorreu no mesmo mês de sua arrecadação e cujo pagamento foi efetuado por uma empresa privada, deve ser evidenciada
- (A) na Demonstração dos Fluxos de Caixa como "Transferências Intergovernamentais".
 - (B) na Demonstração das Variações Patrimoniais como "Transferências e Delegações Concedidas".
 - (C) na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido como "Reservas de Capital".
 - (D) no Balanço Orçamentário como "Receitas de Capital".
 - (E) no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes como "Ativo Financeiro".



39. No Balanço Patrimonial de uma entidade pública, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a conta contábil
- (A) "Adiantamento para Futuro Aumento de Capital" é classificada como ativo não circulante.
 - (B) "Ativo não Circulante Mantido para Venda" é classificada como ativo circulante.
 - (C) "Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente" é classificada como passivo circulante.
 - (D) "Atos Potenciais Ativos" é classificada como ativo não circulante.
 - (E) "Resultado Diferido" é classificada como ativo não circulante.
-
40. As contas contábeis "Crédito Empenhado a Liquidar", "Disponibilidade por Destinação de Recursos Utilizada" e "Adiantamentos de Clientes" pertencem, respectivamente, às seguintes classes do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público:
- (A) 5, 7 e 2.
 - (B) 5, 8 e 1.
 - (C) 6, 7 e 2.
 - (D) 6, 8 e 1.
 - (E) 6, 8 e 2.

Administração Financeira e Orçamentária

41. Considere que, no curso do exercício orçamentário, tenha ocorrido expressivo aumento do montante demandado do Poder Executivo para pagamento de obrigações de pequeno valor, não sujeitas ao regime de precatórios, em decorrência da materialização de evento indicado no Anexo de Riscos Fiscais que acompanhou a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Tendo em vista que a dotação orçamentária existente para cobertura das referidas obrigações mostrou-se insuficiente, constitui alternativa possível para fazer frente às referidas despesas
- (A) a utilização da reserva de contingência, que corresponde a percentual da receita corrente líquida, cujo montante e forma de utilização são estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (B) a abertura de créditos extraordinários, que depende de autorização legal específica porém prescinde da indicação da fonte de receita.
 - (C) a edição de decreto do Chefe do Executivo para abertura de crédito especial adicional, prescindindo de autorização legal caso haja excesso de arrecadação como fonte de receita.
 - (D) o remanejamento de outras programações orçamentárias, mediante ato do Chefe do Executivo, com cancelamento de despesas de custeio ou de capital, salvo aquelas relativas a despesas obrigatórias e serviço da dívida.
 - (E) o cancelamento de empenhos e a geração de crédito especial suplementar, observado o limite máximo de 1/12 das dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual.
-
42. Considere que tenha sido instituído, por lei específica, fundo especial para custear a modernização de atividades de arrecadação tributária, tendo como fonte de receita taxa cobrada de contribuintes pela expedição de certidões e outros serviços específicos. Ao final do exercício, verificando-se a existência de saldo financeiro apurado em balanço patrimonial do fundo,
- (A) o *superavit* financeiro apurado poderá permanecer à disposição do Fundo apenas por dois exercícios consecutivos, após o que deverá ser objeto de cancelamento, incorporando-se o montante correspondente às disponibilidades de caixa do Tesouro.
 - (B) o excesso de receitas deve ser integralmente arrecadado e destinado à conta única do Tesouro, em atendimento ao princípio da anualidade, salvo em relação a despesas já empenhadas e não liquidadas.
 - (C) o fundo deverá ser dissolvido, vertendo seu patrimônio para outro fundo especial de despesa com finalidade semelhante ou, na inexistência de tal alternativa, computando-se o saldo financeiro como *superavit* orçamentário do ente instituidor.
 - (D) o valor remanescente permanece à disposição do fundo e vinculado às atividades que constituem seu objeto, salvo se a lei instituidora contiver disposição em sentido contrário e observado o percentual constitucional de desvinculação de receitas.
 - (E) os recursos poderão ser integralmente desvinculados, para suportar despesas diversas daquelas objeto do Fundo, vedada a destinação para pagamento de despesas de pessoal do ente instituidor.
-
43. Considerando os princípios e a normatização relativa ao orçamento público, as denominadas receitas extraorçamentárias
- (A) são expressamente vedadas, por afronta ao princípio da unicidade de Tesouraria, salvo se provenientes de recolhimento de taxa ou preço público.
 - (B) possuem caráter excepcional, sendo originadas de operações de crédito ou de securitização de dívidas.
 - (C) constituem receitas derivadas, oriundas da alienação de ativos e só podem ser aplicadas em despesas de capital.
 - (D) possuem caráter de extemporaneidade e transitoriedade e não integram o orçamento público para fins de geração de despesas públicas.
 - (E) pertencem ao exercício subsequente, constituindo fonte para suportar o pagamento de precatórios gerados no exercício em curso.



44. As despesas obrigatórias de caráter continuado, de acordo com o regramento estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal,
- (A) são aquelas previstas no Plano Plurianual e que se protraem por pelo menos 4 exercícios consecutivos, estando condicionadas à observância da margem estabelecida em anexo que integra a referida peça orçamentária.
 - (B) correspondem às vinculações constitucionais em gastos com saúde e educação, não sendo passíveis de limitação de empenho na hipótese de frustração da previsão de arrecadação de receitas.
 - (C) contemplam as despesas de pessoal do Poder Executivo, Judiciário, Legislativo e Tribunal de Contas, devendo observar o limite global de 49% da receita corrente líquida apurada no exercício.
 - (D) constituem ato do Chefe do Executivo e somente poderão ser implementadas a partir da comprovação de medidas de compensação consistentes na redução de despesas em valor correspondente.
 - (E) possuem requisitos específicos para sua geração, entre os quais se insere a comprovação de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo que integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
-
45. A dívida pública fundada (consolidada) de um ente federado, de acordo com o regramento estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal,
- (A) é composta pelos créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa, excluídos aqueles objeto de parcelamentos incentivados.
 - (B) é integrada, para fins de aferição do limite fixado pelo Senado Federal, pelos precatórios judiciais não pagos no exercício em que foram incluídos.
 - (C) difere da dívida flutuante por não sofrer atualização monetária ou incidência de juros, sendo composta apenas pelo valor nominal das obrigações financeiras do ente.
 - (D) deve ser indexada de acordo com a variação dos títulos da dívida pública, que podem ser emitidos em valor suficiente para sua cobertura.
 - (E) corresponde aos compromissos financeiros que não superem doze meses, incluindo antecipação de recebíveis.
-
46. Suponha que em função da queda de arrecadação decorrente do cenário pós-pandemia, alguns estados estejam enfrentando dificuldades para o pagamento de pessoal e custeio da máquina administrativa e estejam cogitando realizar operação de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO). De acordo com as disposições constitucionais e legais vigentes, tal operação
- (A) é expressamente vedada, salvo se o ente tiver aderido a regime de recuperação fiscal e não importar extrapolção do limite de endividamento fixado pelo Senado Federal.
 - (B) não caracteriza operação de crédito de acordo com a definição constante da Lei de Responsabilidade Fiscal, onerando apenas a margem de garantia do ente tomador.
 - (C) não poderá ser realizada se houver operação anterior da mesma natureza ainda não integralmente resgatada.
 - (D) somente poderá ser realizada com aval da União, mediante parecer favorável da Secretaria do Tesouro Nacional.
 - (E) depende de autorização legislativa específica e não pode ser firmada no último quadrimestre do exercício.
-
47. No que concerne às obrigações tributárias a cargo das pessoas jurídicas de direito público, na forma disciplinada pelas Instruções Normativas da RFB nº 971/2019 e nº 1234/2012, e suas atualizações, tem-se que os Estados, Municípios, Distrito Federal, bem como suas autarquias e fundações públicas, a partir da edição da Emenda Constitucional nº 20, de 1998,
- (A) sujeitam-se à incidência e ao pagamento de contribuição previdenciária ao Regime Geral de Previdência Social, na condição de empregador, entre outras hipóteses em relação aos vínculos estritamente em comissão declarados por lei de livre nomeação e exoneração.
 - (B) são imunes ao pagamento de contribuições previdenciárias, porém figuram como responsáveis tributários pela retenção e recolhimento da contribuição de seus empregados submetidos ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
 - (C) podem efetuar compensação prévia de contribuições ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) com benefícios pagos por regime próprio de previdência que tenham sido concedidos levando em conta o tempo de contribuição do beneficiário ao RGPS.
 - (D) são contribuintes obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social apenas em relação à mão de obra terceirizada, não havendo incidência sobre salários ou proventos pagos a pessoal próprio, salvo os contratados em caráter temporário.
 - (E) contribuem ao Regime Geral de Previdência Social, na condição de empregador ou tomador de serviços, sempre com alíquotas mínimas, correspondentes a 8% (oito por cento), expurgando da base de cálculo verbas de caráter indenizatório e participação nos lucros ou resultados.
-
48. Considere que determinada Autarquia, responsável pela execução de obras de infraestrutura viária, tenha, ao final do exercício orçamentário, inscrito um montante significativo de despesas em restos a pagar processados. De acordo com a sistemática legal de geração de despesas públicas, pode-se concluir que tal circunstância
- (A) indica possível descumprimento da regular sistemática de execução orçamentária, salvo se o montante de restos a pagar gerados no exercício estiver coberto pela margem de crescimento de despesas constante do Anexo de Metas Fiscais que acompanha a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (B) decorre do não cumprimento da etapa de liquidação da despesa, devendo proceder-se ao cancelamento dos empenhos correspondentes e à inclusão de dotações na Lei Orçamentária do exercício subsequente em montante suficiente para suportar o pagamento dos restos gerados.
 - (C) significa que as despesas foram empenhadas, liquidadas e não pagas até o encerramento do exercício orçamentário e, caso se trate de restos gerados no último quadrimestre do mandato do Chefe do Executivo, deverá ser assegurada disponibilidade de caixa suficiente para os pagamentos.
 - (D) somente será legítima sob o ponto de vista da regular execução orçamentária se forem assegurados recursos suficientes para fazer frente às despesas geradas, os quais deverão ser utilizados como fonte para abertura de créditos extraordinários no exercício subsequente.
 - (E) afetará o resultado primário do ente, pois o montante de restos a pagar é abatido do *superavit* orçamentário e financeiro apurado ao final do exercício, como dívida flutuante, independentemente de contar com disponibilidades de caixa para seu pagamento.

**Contabilidade Geral**

49. A empresa Bebida Gelada S.A. fabrica e comercializa bebidas não alcoólicas em todo o território nacional. Durante o mês de abril de 20X1, foram feitos os seguintes registros contábeis para as transações descritas abaixo.

Transação i

Recebimento, em 5 de abril, de matéria-prima no valor de R\$ 3.000.000,00 que tinham sido pagos aos fornecedores em 31 de março de 20X1. Para esse evento, a empresa debitou a conta Fornecedores e creditou a conta Caixa. O lançamento feito em 31 de março, quando do pagamento aos fornecedores, estava de acordo com as normas contábeis vigentes.

Transação ii

A empresa incorreu em gastos com salários no valor de R\$ 1.500.000,00 referentes ao mês de abril e que serão pagos em 2 de maio de 20X1. A empresa registrou uma saída de caixa em contrapartida da conta Despesa de salários.

Transação iii

A empresa recebeu, em 20 de abril, um pedido feito por um novo cliente solicitando a entrega de refrigerantes no valor de R\$ 500.000,00. A entrega da mercadoria ocorrerá em 15 de maio, porém o cliente já fez o pagamento do pedido antecipadamente. A empresa não fez nenhum registro contábil.

Considere as seguintes afirmações:

- I. Na Transação i, o ativo está subavaliado e o passivo está sobreavaliado.
- II. Na Transação ii, o ativo e o passivo estão subavaliados.
- III. Na Transação iii, o ativo e o passivo estão subavaliados.

De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e a legislação vigente, o efeito das transações registradas de forma equivocada pela empresa no Balanço Patrimonial de abril de 20X1 consta em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

50. Durante o ano 20X5, a empresa ABC realizou as seguintes transações:

- I. Contratação de um novo gerente de projetos em dezembro/X5 com um salário mensal de \$ 10.000,00. O Gerente começará a trabalhar apenas em janeiro/X6.
- II. Recebimento de notificação de processo judicial de cliente no qual a empresa é acusada de não ter concluído o serviço contratado. O valor requisitado pelo cliente como compensação é de \$ 30.000,00 e os advogados da empresa estimam que o risco de perda do processo pela empresa é provável.
- III. Aquisição de patente que tem estimativa de vida útil 5 anos, tendo pago integralmente o valor da aquisição pela empresa.
- IV. Emissão de novas ações com valor nominal de \$ 200.000,00 mas que foram subscritas por \$ 350.000,00.

Apresenta as transações que geraram o registro de obrigação no passivo em X5 o que costa APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) I, II e III.
- (E) I, II e IV.

51. Considere os eventos abaixo ocorridos e contabilizados em setembro de 20X5 pela empresa EFG:

- Depreciação de computadores e outros equipamentos no valor de R\$ 2.000,00.
- Vendas de mercadorias ocorridas ao longo do mês no valor total de R\$ 40.000,00. Desse total, a empresa EFG recebeu o equivalente a 60%, e o restante será recebido em outubro de 20X5.
- Pagamento de gastos operacionais no valor de R\$ 21.000,00, sendo que apenas R\$ 16.000,00 eram referentes às despesas do próprio mês de setembro.
- Venda à vista de patente por R\$ 14.000,00. O valor contábil desse ativo era composto do custo de aquisição no valor de R\$ 25.000,00 e a amortização acumulada até o momento da venda era R\$ 10.500,00.

O valor da variação do caixa em setembro de 20X5 é, em reais,

- (A) 2.500,00
- (B) 15.000,00
- (C) 21.500,00
- (D) 11.500,00
- (E) 17.000,00



52. No balancete de verificação abaixo, são apresentadas as contas de balanço em 31 de dezembro de 20X2 e as contas de resultado correspondentes ao ano 20X2 da empresa Abrakadabra S.A.

Balancete de verificação		
Contas	Saldo (em R\$)	
	Devedor	Credor
Despesa com créditos de liquidação duvidosa	1.500	
Contas a receber	13.400	
Despesa com seguros	250	
Despesa de depreciação dos móveis do escritório	500	
Provisão de processos trabalhistas		5.000
Custo da mercadoria vendida	4.200	
Reserva de lucros		7.500
Adiantamentos aos fornecedores	200	
Depreciação acumulada (veículos)		1.800
Receita de prestação de serviços		12.000
Receita de vendas de produtos		16.000
Fornecedores		2.050
Despesa com publicidade e propaganda	3.500	
Caixa e Equivalentes	4.600	
Custo do serviço prestado	5.000	
Despesa de salários	1.100	
Veículos	45.000	
Estoques	2.000	
Despesas com comissões de vendas	3.500	
Resultado na venda de ativo imobilizado		1.150
Capital social		26.250
Receitas antecipadas		11.000
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa		2.400
Investimentos	400	
Total	85.150	85.150

O valor do total do ativo da empresa é, em reais,

- (A) 85.150
 (B) 65.600
 (C) 74.800
 (D) 72.200
 (E) 61.400
-
53. Apresenta somente transações que impactam o fluxo de caixa das atividades de investimento:
- (A) Aquisição à vista de intangível; Aquisição de participação societária; Venda à vista de imobilizado.
 (B) Emissão de novas ações; Pagamento de dividendos; Diminuição de fornecedores.
 (C) Aumento de contas a pagar; Recebimento de dividendos; Aquisição de intangível.
 (D) Aquisição de estoques; Aquisição de imobilizado; Pagamento de juros.
 (E) Pagamento de empréstimos; Pagamento de juros; Emissão de novas ações.
-
54. NÃO deve ser reconhecido como custo dos estoques de produtos adquiridos ou produzidos
- (A) Imposto de importação da mercadoria adquirida no exterior.
 (B) Gastos com transporte da mercadoria adquirida.
 (C) Gastos com comercialização do produto produzido.
 (D) Valor a pagar do preço de aquisição da mercadoria.
 (E) Gastos relativos à transformação da mercadoria em um novo produto.

**Noções de Auditoria Governamental**

55. A Lei Complementar nº 101/00 especifica que o Relatório Resumido da Execução Orçamentária será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e que o descumprimento desse prazo impedirá, até que a situação seja regularizada, que o Poder ou órgão submisso a essa norma receba transferências voluntárias e contrate operações de crédito, exceto as destinadas ao pagamento
- (A) de subvenções sociais e econômicas.
 - (B) de despesas das áreas da educação, saúde, assistência social e segurança pública.
 - (C) do déficit da execução orçamentária.
 - (D) da dívida imobiliária.
 - (E) da dívida mobiliária.
-
56. Considere os seguintes demonstrativos:
- I. apuração da receita corrente líquida.
 - II. resultados nominal e primário.
 - III. do montante das disponibilidades de caixa em 31 de dezembro.
 - IV. da variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes.
- Nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, acompanham o relatório resumido da execução orçamentária os demonstrativos contidos em
- (A) I, II e IV, apenas.
 - (B) I, II, III e IV.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) III e IV, apenas.
 - (E) I, II e III, apenas.
-
57. A NBC TI 01 define que **I** visam à obtenção de razoável segurança de que os controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento e **II** visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informação da entidade.
- As lacunas **I** e **II** referem-se aos procedimentos de auditoria denominados, respectivamente,
- (A) papéis – arquivos de trabalho
 - (B) sistemas de prevenção à fraude – sistemas de prevenção ao erro
 - (C) planejamentos – sistemas de prevenção de riscos de auditoria
 - (D) testes de observância – testes substantivos
 - (E) investigações – confirmações
-
58. Consoante determina a NBC TA 230,
- (A) a forma, o conteúdo e a extensão da documentação de auditoria independem da natureza e extensão das exceções identificadas.
 - (B) o auditor não precisa incluir na documentação de auditoria notas que reflitam entendimento incompleto ou preliminar.
 - (C) a documentação de auditoria, se obtida de acordo com as normas brasileiras de contabilidade, substitui os registros contábeis da entidade.
 - (D) o auditor não pode incluir resumos ou cópias de registros da entidade como parte da documentação de auditoria.
 - (E) explicações verbais do auditor, por si só, não representam documentação adequada para o trabalho executado pelo auditor ou para as conclusões obtidas, nem podem ser usadas para explicar ou esclarecer informações contidas na documentação de auditoria.
-
59. Considere os seguintes itens:
- I. Manipulação, falsificação (inclusive de assinatura) ou alteração de registros contábeis ou documentos comprobatórios que serviram de base à elaboração de demonstrações contábeis.
 - II. Mentira ou omissão intencional nas demonstrações contábeis de eventos, operações ou outras informações significativas.
 - III. Aplicação incorreta intencional dos princípios contábeis relativos a valores, classificação, forma de apresentação ou divulgação.
- De acordo com a NBC TA 240, essas ações dão causa a informações contábeis
- (A) desqualificadas.
 - (B) errôneas.
 - (C) fraudulentas.
 - (D) impróprias.
 - (E) ineficazes.
-
60. Nos termos da NBC TA 200,
- (A) a asseguaração razoável é representada pela necessidade de planejar e executar a auditoria reconhecendo que podem existir circunstâncias que causam distorção relevante nas demonstrações contábeis.
 - (B) o julgamento profissional é alicerçado pela busca, no contexto da auditoria de demonstrações contábeis, de um nível alto, mas não absoluto, de segurança.
 - (C) são componentes do risco de detecção os riscos inerente e de controle.
 - (D) risco de distorção relevante é o risco de que as demonstrações contábeis contenham distorção relevante antes da auditoria.
 - (E) risco de auditoria é a diferença entre o valor, a classificação, a apresentação ou a divulgação de uma demonstração contábil relatada e o valor, a classificação, a apresentação ou a divulgação que é exigida para que o item esteja de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.